

## Uma longa jornada: a gênese da sociologia das formas discursivas de Raymond Williams<sup>1</sup>

Enio Passiani<sup>2</sup>

*A long journey: the genesis of Raymond Williams's discursive forms sociology*

*Un largo viaje: la genesis de la sociología de las formas discursivas de Raymond Williams*

### Resumo

Este artigo pretende demonstrar que Raymond Williams desenvolve uma sociologia das formas discursivas, cujo percurso é marcado por um duplo distanciamento. Primeiro, a proposta de Williams não se confunde com certas análises de discurso, particularmente a Análise Crítica do Discurso (ACD), com a qual guarda algumas semelhanças; segundo, o afastamento em relação aos Estudos Culturais, campo que ajudou a fundar, e dois de seus principais desdobramentos, tanto aquele ramo inclinado às análises mais formais quanto a linhagem encabeçada principalmente por Stuart Hall. A despeito das possíveis aproximações entre a abordagem de Williams e tais estudos da linguagem, é crucial apontar suas diferenças, não apenas para marcar fronteiras disciplinares, mas para sublinhar a originalidade das contribuições de Williams para o pensamento social e respeitar as próprias intenções do autor, que se aproximou da sociologia e se afastou daquelas perspectivas que enfatizavam os discursos e as representações sociais por eles (re)produzidos, a fim de se manter fiel a uma postura cultural materialista e desenvolvê-la radicalmente.

**Palavras-chave:** *Raymond Williams; Sociologia das formas discursivas; Análise crítica do discurso; Materialismo cultural; Estudos culturais.*

<sup>1</sup> Quero expressar os meus agradecimentos aos/às pareceristas deste artigo, cujas observações, críticas e sugestões foram fundamentais para uma melhoria substantiva do texto.

<sup>2</sup> Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [eniopassiani@gmail.com](mailto:eniopassiani@gmail.com)

## Abstract

This article aims to demonstrate that Raymond Williams develops a sociology of discursive forms, whose path is marked by a double detachment. First, Williams's proposal is not to be confused with certain discourse analyzes, particularly Critical Discourse Analysis (ACD), with which bears some similarities; second, the distancing from Cultural Studies, a field he helped to found, and two of its main developments, both the line inclined to more formal analyzes and the line headed mainly by Stuart Hall. Despite the possible similarities between Williams' approach and such language studies, it is crucial to point out their differences, not only to mark disciplinary boundaries, but to underline the originality of Williams' contributions to social thinking and to respect the author's own intentions, who approached sociology and moved away from those perspectives that emphasized the speeches and social representations (re)produced by them, in order to remain faithful to a materialistic cultural stance and develop it radically.

**Keywords:** *Raymond Williams; Sociology of discursive forms; Critical discourse analysis; Cultural materialism; Cultural studies.*

## Resumen

Este artículo tiene como objetivo demostrar que Raymond Williams desarrolla una sociología de las formas discursivas, cuyo camino está marcado por un doble distanciamiento. Primero, la propuesta de Williams no debe confundirse con ciertos análisis del discurso, particularmente el Análisis Crítico del Discurso (ACD), con el cual tiene algunas similitudes; segundo, el distanciamiento de los Estudios Culturales, un campo que ayudó a fundar, y dos de sus principales despliegues, tanto esa rama inclinada a los análisis más formales como la línea encabezado principalmente por Stuart Hall. A pesar de las posibles similitudes entre el enfoque de Williams y tales estudios del lenguaje, es crucial señalar sus diferencias, no solo para marcar límites disciplinarios, sino para subrayar la originalidad de las contribuciones de Williams al pensamiento social y respetar las propias intenciones del autor, que se acercó a la sociología y se alejó de aquellas perspectivas que enfatizaban los discursos y las representaciones sociales (re)producidos por ellos para mantenerse fiel a una postura cultural materialista y desarrollarla radicalmente.

**Palabras clave:** *Raymond Williams; Sociología de las formas discursivas; Análisis crítico del discurso; Materialismo cultural; Estudios culturales.*

## Introdução

A linguagem ocupa um lugar central no pensamento e na obra de Raymond Williams: “Uma definição da linguagem é sempre, implícita ou explicitamente, uma definição dos seres humanos no mundo” (WILLIAMS, 1977, p. 21), pois importa como as relações sociais são vividas e experimentadas, o que seria impossível sem a participação ativa da linguagem em suas mais variadas formas.

Devido à sua importância, a análise da linguagem está presente já em seus primeiros trabalhos, desde então marcada por um viés sociológico sem constituir propriamente uma sociologia<sup>3</sup>. Paulatinamente Williams vai migrando para a sociologia, particularmente uma sociologia da cultura, aprimorando esquemas analíticos, desenvolvendo abordagens singulares e elaborando novos conceitos para captar, a partir da perspectiva epistemológica que jamais abandona, uma realidade social e histórica em profunda transformação. Argumento que a jornada intelectual de Williams desemboca na formulação de um tipo muito particular de sociologia da cultura, que chamo de “sociologia das formas discursivas”. Tal sociologia permite a Williams manter a linguagem no centro de suas preocupações e, ao mesmo tempo, apropriar-se crítica e criativamente do marxismo, possibilitando a invenção de novos conceitos (como o de “estrutura de sentimentos”), a reinvenção de outros já conhecidos e caros ao materialismo histórico (“base”, “superestrutura” e “determinação”), bem como o uso cuidadoso e comedido de mais alguns (“classe” e “ideologia”, por exemplo).

Este percurso em direção à sociologia (da cultura) foi distanciando Williams dos estudos literários – campo no qual iniciou sua carreira<sup>4</sup> – e que no caso inglês constituía poderosa tradição de pensamento que vinculava a crítica literária à

3 A diferença entre uma análise sociológica da linguagem e uma sociologia da linguagem encontra ressonância na distinção que Luiz Costa Lima estabelece entre a “análise sociológica da literatura” e a “sociologia da literatura”. Consultar (LIMA, 2002).

4 Raymond Williams foi para Cambridge aos 18 anos para cursar Letras e para lá retorna, em 1961, como *fellow*, exercendo o cargo de professor de Dramaturgia entre 1974 e 1983.

crítica cultural, o que acabou por secundarizar a sociologia naquele país<sup>5</sup>. À medida que desenvolvia essa forma singular de sociologia da cultura, Williams foi se afastando de determinadas análises de discurso que passaram a se desenvolver a partir de meados dos anos 1970, assim como de uma área de estudos que ajudou a criar e da qual sempre será uma referência, os Estudos Culturais. A meu ver, seria legítimo perguntar por que Williams não se manteve acomodado na área dos estudos literários ou se vinculou àquelas análises de discurso com as quais comungava certas preocupações, não apenas teóricas mas também políticas, ou, permaneceu no âmbito dos Estudos Culturais como autoridade obrigatória.

A fim de demonstrar como ocorre essa jornada intelectual, o artigo divide-se nos seguintes planos argumentativos, que se organizam de modo mais ou menos cronológico: primeiro, discuto a linguagem como centro das preocupações teórico-analíticas de Williams; em seguida procuro demonstrar por que Williams vai se orientando em direção à sociologia, distanciando-o de certas modalidades de análise de discurso e dos Estudos Culturais; por fim, apresento aquelas que seriam as propriedades centrais da sua sociologia das formas discursivas. Nas “Considerações finais”, busco articular sinteticamente esses três níveis de reflexão.

### *Início do percurso: a centralidade da linguagem para Raymond Williams*

Para Williams, se a linguagem é fundamental não apenas para comunicar nossas ideias, expressar a nossa subjetividade e permitir a interação, ela não deve compor um simples “meio” (“*medium*”), mas um elemento constitutivo das práticas sociais materiais, sendo ela própria um tipo de prática material (WILLIAMS, 1977, p. 163). A linguagem não constitui um mero meio a partir do qual a realidade de um evento ou de uma experiência pode simplesmente

---

<sup>5</sup> Acerca do desenvolvimento da sociologia na Inglaterra e seu rebaixamento em relação à teoria literária e o desprestígio da disciplina em comparação ao seu desenvolvimento na França e Alemanha, ver: Lepenies (1996, parte II).

“fluir”; ao contrário, a linguagem se apresenta como atividade socialmente compartilhada, que pressupõe reciprocidade, mergulhada em relações sociais ativas, participando da produção das nossas subjetividades e da construção dos significados do mundo social: “A significação, a criação social do significado por meio do uso de signos formais, é então uma atividade material prática; é, inclusive, literalmente, meio de produção” (JONES, 2006, p. 98). Para Williams, a linguagem é elemento constituinte e insubstituível de si mesma e da realidade social.

O compromisso de estudar a linguagem com rigor é firmado e declarado por Williams em 1958, no livro *Cultura e Sociedade*, sua quinta obra<sup>6</sup>. Nela, Raymond Williams apresenta, a meu ver, qual será o seu projeto intelectual, temática, metodológica e epistemologicamente. É como se numa única e mesma obra, Williams sistematizasse e aprofundasse certos achados e argumentos desenvolvidos nos livros anteriores e apresentasse um programa de pesquisa que ocupará toda a sua trajetória profissional dali por diante. Ali, já observamos sua preocupação em apanhar a linguagem no interior de um processo histórico, em ação, digamos, justamente para não perder de vista a dinâmica das mudanças.

Em *Cultura e Sociedade* Williams procura compreender como um conjunto de textos produzidos ao longo do tempo é capaz de mudar o sentido da palavra “cultura”, resultando em efeitos práticos, como a difusão de um sentimento pátrio, a produção de uma identidade nacional ou mesmo a elaboração de políticas públicas voltadas para as classes operárias nos campos da educação e habitação, por exemplo<sup>7</sup>. Com base na reconstrução histórica dos discursos sobre a cultura presentes na tradição britânica entre 1780 e 1950, Williams

6 Lembrando que as quatro primeiras são: *Reading and Criticism* (1950); *Drama from Ibsen to Eliot* (1952); *Preface to film*, escrito em parceria com Michael Orrom; e *Drama in Performance*, estes dois de 1954.

7 “Esse aspecto da preparação do motivo de [Matthew] Arnold mal poderia ser mais evidente: ‘cultura’, bastante explicitamente, é oferecida como uma alternativa para ‘anarquia’. A necessidade de educação popular pode ser satisfeita por uma série de maneiras [...]” (WILLIAMS, 2011a, p. 137). Este trecho ilustra como esses textos, segundo Williams, tinham força suficiente para produzir efeitos políticos concretos.

procurou analisar como as mudanças semânticas correspondem às mudanças sociais que a Inglaterra experimentou com o desenvolvimento e cristalização do modo de produção capitalista.

Williams observa uma preocupação comum que permeia textos – e por conseguinte intelectuais – muito diferentes entre si, como panfletos políticos, manifestos, livros sobre teoria da arquitetura, crítica literária, poética e romances. Metodologicamente, a reunião de textos de gêneros e estilos tão diversificados é possível na medida em que são tratados como formas de discurso cujas propriedades internas vinculam-se organicamente ao tema tratado, a despeito de sua variação em termos estilísticos. Ademais, sua análise não se descola de elementos externos, como os pertencimentos sociais de seus respectivos autores e momentos de sua biografia social, estruturadores dos próprios discursos. Tratar os textos como discursos, já intuía Williams, implica investigar os lugares sociais a partir dos quais os autores produzem os seus textos, de modo a articular, dialeticamente, texto e contexto.

Nesse sentido, Williams evita aquelas abordagens essencialmente formalistas da linguagem que a encaram com um sistema de signos autônomo e fechado, imune à ação da história. Em respeito à abordagem histórica dialética de Marx, Williams pretende abarcar a totalidade sócio-histórica da qual a linguagem é parte constituinte – como vimos, a linguagem é causa e consequência de tal totalidade. Ou seja, Williams recusa-se a congelar qualquer franja, qualquer recorte da realidade social, por isso se nega a analisar cada termo desse vocabulário de modo isolado, descolado de um sistema de relações que corresponde a relações entre signos e entre estes e as práticas, que são sociais e históricas, portanto relações que são, a um só tempo, sincrônicas e diacrônicas. Como nos lembra Maria Elisa Cevasco no Prefácio de *Palavras-chave* (2007), o escopo deste livro e de *Cultura e sociedade* é justamente a historicidade da linguagem. Segundo ela, Williams pretende articular um outro conceito de linguagem que possibilite levar em conta as contradições entre agência e

determinação, só possível se atentarmos para o fato de que a dinâmica histórica é marcada simultaneamente por processos de mudança e reprodução, e não por etapas em que ocorrem um ou outro processo. Segundo a perspectiva de Williams, a linguagem não se restringe a mero veículo da determinação social, mas é também “expressão e atividade criativas” (JONES, 2006, p. 93-97).

*Cultura e sociedade* é o livro que traz reconhecimento intelectual a Williams, o lança ao centro dos debates no mundo acadêmico inglês e o torna conhecido; é, sem dúvida, um divisor de águas em sua carreira (CEVASCO, 2001, p. 43). E, como já adiantei, é um livro que se apresenta como autêntico programa de pesquisa que, a partir de então, será desenvolvido.

### *Em direção à sociologia*

São as exigências da própria análise proposta por Williams em *Cultura e Sociedade* que empurram o autor em direção à sociologia. A pesquisa que apresenta no livro de 1958 obrigava-o a desenvolver um método que fosse capaz de abarcar vários níveis de análise, como os elementos internos dos textos, sua própria materialidade, os pertencimentos sociais de seus respectivos autores, os tipos de interação social que estabeleciam, o papel das instituições sociais, de modo a possibilitar a construção dos nexos mutuamente determinantes entre textos e contextos<sup>8</sup>.

O trânsito para a sociologia (da cultura) foi ocorrendo paulatinamente desde 1958<sup>9</sup>, conhecendo uma sistematização mais bem acabada entre meados dos anos 1970 e princípio da década de 1980. Nos textos publicados nesse período,

---

8 Williams admite que algumas de suas análises sociológicas começaram sob a forma de questionamentos formais: “Em meu próprio trabalho, certas análises que acabaram sendo vistas como sociológicas começaram como investigações bastante formais: em certos fatos do drama, como o palco como um espaço, a mobilidade e as transformações da cena e a mudança do diálogo dos grupos para o diálogo de um grupo negativo” (WILLIAMS, 1976, p. 502, tradução minha).

9 A migração gradual para a sociologia foi objeto de crítica e indignação, confessa o autor: “*Cultura e sociedade* adquiriu rapidamente a reputação de ser um tipo de livro meritório e honroso, ao passo que *The long revolution* foi considerado escandaloso. Uma reclamação comum era a de que eu havia sido corrompido pela sociologia, que eu havia aderido à teoria” (WILLIAMS, 2013, p. 128).

Williams apresenta uma definição mais lapidada de “cultura” que se encontra em germe nas obras anteriores: a cultura corresponde a um “sistema de significações realizado”, “[...] embutido em uma série completa de atividades, relações e instituições, das quais apenas algumas são manifestamente ‘culturais’” (WILLIAMS, 2000, p. 208). Embora a cultura, como um sistema de significações objetivado, constitua um campo social particular, ao mesmo tempo está inserida em modos de vida e de ser que ajuda a produzir (WILLIAMS, 2000; 2003). Logo, a sua pesquisa exigia um leque mais abrangente de recursos teóricos e metodológicos que extrapolavam os estudos literários e que somente o desenvolvimento de um certo tipo de sociologia poderia lhe fornecer. Se os produtores culturais pertencem a instituições culturais ou formações culturais, se a materialidade do texto é parte de sua composição, se o contexto é plasmado discursivamente e integrado ao próprio texto, se sua produção é resultado de disputas, tensões e conflitos que são sociais (WILLIAMS, 1976; 1977; 2000), então os elementos externos a ele não podem mais ser desconsiderados.

O amadurecimento sociológico que atinge nessa fase permite-lhe desenvolver uma abordagem atenta à “materialidade do signo” (WILLIAMS, 1976, p. 505), ou seja, uma teoria e um método sociológicos que integrem o signo às práticas sociais e observem as várias manifestações que as práticas significativas assumem num todo integrado social e formalmente:

Métodos específicos de análise variam em diferentes áreas da atividade cultural. Mas agora está surgindo um novo método, que pode ser sentido como original em vários campos. Pois se aprendemos a ver a relação de qualquer trabalho cultural com o que aprendemos a chamar de “sistema de signos” (e essa foi a importante contribuição da semiótica cultural), também podemos ver que um sistema de signos é ele próprio uma estrutura específica de relações sociais: “internamente”, na qual os signos dependem das e foram formados em relações; “externamente”, na qual o sistema depende das e é formado nas instituições que o ativam (e que são ins-

tituições culturais, sociais e econômicas ao mesmo tempo); integralmente, na medida em que um “sistema de signos”, entendido adequadamente, é ao mesmo tempo uma tecnologia cultural específica e uma forma específica de consciência prática: aqueles elementos aparentemente diversos que de fato são unificados no processo social material. O trabalho atual sobre a fotografia, o filme, o livro, a pintura e sua reprodução, e o “fluxo emoldurado” da televisão, para dar apenas os exemplos mais imediatos, é uma sociologia da cultura nessa nova dimensão, da qual nenhum aspecto de um processo é excluído e na qual as relações ativas e formativas de um processo, até seus “produtos” ainda ativos, estão específica e estruturalmente conectados: ao mesmo tempo uma “sociologia” e uma “estética”. (WILLIAMS, 1977, p. 140, 141, tradução minha)

Esta fase configura, a um só tempo, o amadurecimento de sua sociologia da cultura e uma guinada a uma forma muito particular de sociologia, a das formas discursivas. É justamente tal maturação que permite a formulação de uma sociologia singular. Esse período do seu trabalho intelectual equivale, simultaneamente, a um amadurecimento e a uma transição.

Não causa qualquer estranheza – tampouco é coincidência – que no mesmo período que Williams firma definitivamente os pés no campo da sociologia da cultura, apresentando estudos sólidos e teorização original, uma área de análises do discurso que dialoga com a sociologia e que apresenta semelhanças com a abordagem *williamsiana* começa a tomar forma. Basta retornarmos à citação para lembrar que o próprio autor admite que um novo método está surgindo em vários campos e assumindo a categoria de “sistema-signo” como central, nos estimulando a perguntar se há alguma diferença entre a sociologia que Williams vinha desenvolvendo até então e tais investigações da linguagem, particularmente o que se convencionou chamar de “Análise crítica do discurso” (ACD) (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000; WODAK, 2004;

FAIRCLOUGH, 2012) e certas vertentes dos Estudos Culturais. Julgo necessário tal procedimento dadas as semelhanças entre as propostas de Williams e as demais quanto à análise da linguagem, tão impressionantes que nublam as diferenças essenciais entre elas.

Uma das principais matrizes teóricas da ACD é a Linguística Crítica (LC) (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000; WODAK, 2004), corrente que se desenvolveu principalmente na Inglaterra na segunda metade dos anos 1970, e da qual herdou o interesse “[...] em analisar relações estruturais, transparentes ou ve-ladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem” (WODAK, 2004, p. 225). Ambas as correntes se preocupavam em analisar as hierarquias sociais e as várias formas de desigualdade a partir do uso da linguagem, revelando objetivos científicos e políticos ao mesmo tempo. No mesmo período e contexto em que a Linguística Crítica tomava corpo, Williams apresentava explicitamente e de modo muito bem arrumado as propriedades teóricas e metodológicas de sua sociologia da cultura, oferecendo uma alternativa sociológica às análises linguísticas do discurso já àquela altura.

Algumas das questões que a LC resolveu enfrentar<sup>10</sup> foram incorporadas no programa de pesquisa da ACD, cujos desenvolvimentos integraram um ramo mais variado de autores e tradições da teoria social, principalmente aqueles vinculados ao que se convencionou chamar de Teoria Crítica. Assim, é possível reconhecer uma certa familiaridade com a proposta de Williams, particularmente a ideia de que a linguagem constitui um elemento ou momento importante do processo social material:

A ACD, na minha visão, é muito mais uma teoria que um método, ou melhor, uma perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose (que inclui a linguagem visual, linguagem corporal, e assim

10 Algumas das questões centrais formuladas pela LC e que serão retomadas pela ACD são as seguintes: 1) como se constrói o contexto social em que se produz o significado?; 2) Como as pessoas vinculam o contexto social com o sistema linguístico?; 3) Como e por que pessoas de classes sociais diferentes ou de outros grupos culturais distintos desenvolvem variedades dialetais com significados igualmente distintos? (HALLIDAY, 2017 [1978], p. 143, tradução minha).

por diante) como um elemento ou momento do processo social material [...], que dá margem a análises linguísticas ou semióticas inseridas em reflexões mais amplas sobre o processo social. (FAIRCLOUGH, 2012, p. 307-308)

Tanto Fairclough quanto Williams são autores inseridos na tradição de pensamento conhecida como “marxismo ocidental”. A propósito, afirma o primeiro: “Denomina-se análise crítica do discurso a análise crítica aplicada à linguagem que se desenvolveu dentro do ‘marxismo ocidental’” (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p. 370, tradução minha). Ao pertencer a uma tal tradição, ambos acabam por enfatizar o caráter crítico de suas análises sobre a cultura, a linguagem e os processos sócio-semióticos em geral. Não é à toa que Fairclough conceba a ACD como uma ciência social crítica (FAIRCLOUGH, 2012; 2016), critério de classificação que se adotado em relação a Williams não seria injusto, e possivelmente não desagradaria o próprio autor. Os dois autores consideram a linguagem como forma de prática social e não como uma atividade puramente individual ou como reflexo daquilo que Fairclough chama de “variáveis situacionais” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 94). Tais perspectivas pretendem estabelecer uma relação dialética entre a prática social e a estrutura social, constituindo esta última tanto uma condição como um efeito da primeira. Logo, os efeitos constitutivos do discurso não podem ser tomados em si mesmos, mas conjugados com os efeitos de outras tantas práticas, religiosas, políticas, escolares, domésticas, profissionais etc. Logo, nenhum deles tem em mira a linguagem e o seu uso em si mesmos, nem por si mesmos, mas a relação dialética que se estabelece entre o discurso e os processos sociais e culturais (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p. 390).

A principal diferença entre suas abordagens pode parecer, à primeira vista, tão óbvia que dispensaria qualquer tipo de esclarecimento: a primeira é fundamentalmente linguística e a segunda, sociológica. No entanto, as próprias posições político-teóricas de Fairclough poderiam causar uma certa confusão e, por isso, demandam alguns esclarecimentos e a necessidade de estabelecer de forma clara as distinções entre ambas perspectivas.

A relação de profunda continuidade entre a LC e a ACD marcam, simultaneamente, tanto as diferenças entre as análises linguístico-semióticas e as sociológicas como proporcionam as confusões entre elas:

Em contraste com outros paradigmas da análise do discurso e da lingüística textual, a LC e a ACD focalizam não só os textos, falados ou escritos, como objetos de investigação. Uma abordagem realmente crítica do discurso exigiria, portanto, uma teorização e descrição tanto dos processos e estruturas sociais que levam à produção de um texto, quanto das estruturas e processos sociais no seio dos quais indivíduos ou grupos, como sujeitos sócio-históricos, criam significados em suas interações com os textos [...]. Conseqüentemente, três conceitos são indispensáveis para a ACD: o conceito de poder, o conceito de história, e o conceito de ideologia. (WODAK, 2004, p. 225)

Os conceitos de poder, ideologia e hegemonia incorporados nas análises dos discursos instituíram a preocupação e a necessidade metodológica e epistemológica de articulá-los aos processos sociais, abrindo um leque bastante variado de temas e questões absolutamente familiares à sociologia, como as hierarquias sociais, as variadas formas de dominação e violência simbólica (de classe, de gênero, étnico-raciais, religiosas etc.), as muitas modalidades de desigualdade, obrigando a LC e a ACD a incorporarem cada vez mais em seu arcabouço teórico a teoria social de modo geral e as várias sociologias particulares, marcando o caráter interdisciplinar da ACD (FAIRCLOUGH, 2016, p. 22; FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p. 387) e inspirando Fairclough (2012; 2016) a apresentar a ACD como uma espécie de ciência social.

Salta aos olhos uma outra diferença crucial entre as perspectivas de Williams e a da ACD: o uso do conceito de “ideologia”, que provocará efeito também na definição e utilização dos conceitos de “poder” e “hegemonia”. Para Williams, o conceito de “ideologia” tal como formulado e desenvolvido no interior do

marxismo é problemático, pois o define como um conjunto de “crenças ilusórias” de uma classe ou grupo social específico, a burguesia (WILLIAMS, 1977, p. 55), sofrendo e restringindo-se a uma dupla determinação, a econômica e a de classe, empobrecendo o conceito. Nesse sentido, a ideologia recairia numa espécie de idealismo, uma abstração sem correspondência histórica e social (WILLIAMS, 1977; 2000). Destarte, ideologia seria menos uma categoria empírica do que normativa. Raramente Williams faz uso do conceito de “ideologia”, empregando-o de maneira econômica e frequentemente para apontar os seus limites heurísticos. Por isso prefere categorias como “formas”, “formação” e “estrutura de sentimentos”. Esta última, criação absolutamente original do autor, revela-se mais promissora, uma vez que não reduz a subjetividade à condição de reflexo das condições materiais de vida e reconhece a experiência dos indivíduos, i.e., o modo como vivemos as relações entre elementos econômicos, sociais, materiais e culturais que formam um modo integral de vida (GOMES; ANTUNES, 2019, p. 14). Essas estruturas de sentimentos, muitas vezes, não são o efeito direto da condição de classe, mas são mediadas pelos pertencimentos dos indivíduos a certas formações culturais que podem reiterar os vínculos de classe ou desestabilizá-los (FILMER, 2003; PASSIANI, 2009). Ademais, as formas estéticas como expressão das estruturas de sentimentos podem fornecer imagens de mundos possíveis, escapando da abordagem segundo a qual os discursos estéticos limitam-se a espelhar o mundo social e reproduzi-lo (FILMER, 2003, p. 206).

Por conseguinte, as noções de “poder” e “hegemonia” serão igualmente reelaboradas. Para Williams (1977, p. 112), a hegemonia é sempre um processo; é um complexo de experiências, relacionamentos e atividades com pressões e limites específicos e em constante mudança. Hegemonia não representa, para o sociólogo galês, um processo de dominação e subordinação completamente vertical, exercido de cima para baixo sem qualquer tipo de resistência e resposta. Ao exercício da hegemonia e do poder corresponde um exercício equivalente de contra hegemonia e contra poder. É um processo dinâmico, cuja

disputa se dá fundamentalmente no campo sócio-semântico, na construção dos sentidos sobre o mundo que colidem ininterruptamente.

Já nas análises da ACD, observamos a aplicação de uma noção mais estática de hegemonia, em que o poder é exercido verticalmente e graças à ação da ideologia que disfarça e/ou oculta os mecanismos de dominação. Não seria possível abordar todos os casos analisados pela ACD, mas tomo aqui dois exemplos que servem para demonstrar o argumento. Em um deles, Fairclough (2012) discute o prefácio de um relatório escrito por Tony Blair, em 1998, para o Ministério do Comércio e da Indústria sobre a competitividade do Departamento de Indústria e Comércio, e, no outro, o mesmo autor analisa o *Guia para os portadores de cartão do Banco Barclay* (FAIRCLOUGH, 2016). Em ambos os documentos Fairclough sublinha os procedimentos discursivo-ideológicos de naturalização dos processos históricos, na afirmação de uma certa inevitabilidade econômica que obriga os agentes, não importa se é o estado ou são os indivíduos, a cumprir uma espécie de destino incontornável<sup>11</sup>. O mundo que desabrocha diante de nós nesses discursos, segundo suas análises, resulta de um processo (supositivo) de mudança, pois estimula os agentes à competitividade econômica moderna de modo mais adequado, tornando-os mais criativos e inovadores. A naturalização e a desistoricização empreendidas pela ideologia, nos termos de Fairclough, subtraem o sujeitamento dos indivíduos, i.e., sua capacidade de comportarem-se como sujeitos ativos e autônomos, e os impelem à sujeição ao capital, o sujeito histórico autêntico, mas oculto nos e pelos discursos<sup>12</sup>.

11 “Na representação da mudança na economia e no mundo moderno, inexistem agentes sociais responsáveis. Os agentes dos processos materiais são abstratos ou inanimados [o capital, o dinheiro, o mercado, a competição etc.]. No primeiro parágrafo (‘O mundo moderno foi varrido...’), ‘mudança’ é o agente da primeira frase (passiva), e as ‘novas tecnologias’ e os ‘novos mercados’ são agentes da frase seguinte. Percebe-se que os últimos estão relacionados a processos intransitivos (‘surgir’, ‘abrir’), representando mudanças como acontecimentos, processos sem agentes. A terceira frase é existencial, ‘novos competidores’ e ‘novas oportunidades’ aparecem meramente como existentes, sem serem situados dentro dos processos de mudança. Percebe-se também que, no terceiro parágrafo, é o inanimado ‘este novo mundo’ o agente dos desafios” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 319).

12 Se na perspectiva de Fairclough não há um sujeito histórico empírico, mas um produzido pelo discurso, nos Estudos Culturais desenvolvidos por Stuart Hall há o esforço de restaurá-lo, mas não um sujeito coerente e indivisível, mas um sujeito descentrado e contraditório (HALL, 2003, p. 157).

A despeito da apropriação das teorias sociais e sociológicas e da definição da ACD como ciência social crítica e de todo o cuidado em reatar dialeticamente a linguagem e as configurações sociais, as análises de Fairclough não deixam de privilegiar a dimensão textual dos fenômenos, secundarizando o contexto social e histórico no interior do qual se desdobram. Que fique claro que não se pretende argumentar aqui que um enquadramento desse tipo constitui um problema em si ou um “defeito” da análise, mas revela que há fronteiras que ensejam implicações analíticas e metodológicas que produzem, ao fim e ao cabo, diferentes resultados, e que não se limitam a divisões apenas disciplinares e departamentais entre os pontos de vista sociológico e semiótico-linguístico.

As diferentes propostas das duas correntes tratadas neste ensaio, uma mais linguística e textual e a outra mais materialista e sociológica, poderiam ser sintetizadas, de modo esquemático, da seguinte maneira, respectivamente:

**Discursos----- Sociedade----- Discursos (Análise de discurso)**

**Sociedade----- Discursos----- Sociedade (Análise sociologicamente orientada)**

Todo esquema está sujeito a imprecisões e lacunas, e com este aqui proposto não seria diferente. De qualquer modo, ele serve para ilustrar os argumentos que aqui estão sendo desenvolvidos: no primeiro caso, o ponto de partida da análise é a própria noção de “discurso” que se oferece para, em seguida, investigar como os discursos enquadram determinadas questões e problemas sociais, atribuindo-lhes sentidos que podem participar da produção, reprodução e mudança da sociedade (entendida como uma configuração complexa de interações sociais, formas de pertencimento e disputas), para retornar à noção de “discurso” e discuti-la, refiná-la, atualizá-la ou mesmo abandoná-la e propor, a partir da pesquisa empírica, uma nova definição do conceito. As análises de discurso discursivamente orientadas ajustam o foco analítico sobre os processos de semiose em si, que correspondem aos próprios discursos. Neste caso, a abordagem está cientificamente preocupada em analisar as dimensões discursivas dos conflitos e das mudanças sociais e culturais. Ou, de outro modo, as análises de discurso voltam-se para a natureza discursiva dos processos sociais.

As análises sociologicamente orientadas, por sua vez, partem de um conjunto de conceitos típicos das ciências sociais para daí, então, debruçar-se sobre a formulação discursiva de determinadas questões e problemas sociais (racismo, dominação de classe, desigualdade de gênero etc.), retornando às teorias das quais partiram para, assim, as interpelar. Para as análises de discurso sociologicamente orientadas, o exame recai sobre os processos sociais (que implicam pertencimentos e disputas que são sociais) de construção de sentido que assumem a forma de um discurso. Neste caso, a abordagem está cientificamente preocupada em analisar as dimensões sociais e culturais das elaborações discursivas. Dito de maneira diversa, as abordagens sociológicas ocupam-se da natureza social dos processos discursivos.

Embora os resultados de ambas sirvam para iluminar e melhor compreender os mecanismos sociais de dominação e violência simbólicas, fornecendo a informação e o conhecimento necessários para enfrentá-los, acentuando o seu caráter emancipador, os procedimentos de pesquisa e os resultados não são exatamente os mesmos: num caso temos, por exemplo, a preocupação em analisar como o discurso expressa e representa o racismo, noutra, como o racismo é tornado discurso. Como lembra Wodak (2004, p. 224), as análises de discurso se voltam para os discursos “[...] que materializam relações mais ou menos explícitas de luta e conflito”. Já para as análises de caráter mais sociológico, como é a de Williams, a tônica é mais ou menos inversa: como as relações de luta e conflito podem assumir a forma discursiva. A diferença é sutil, mas ela implica a utilização de modelos teóricos distintos, que nem sempre se equivalem, e categorias analíticas muitas vezes diversas entre si, principalmente em termos metodológicos.

### *Uma rua sem saída*

O afastamento de Williams em relação aos Estudos Culturais, a partir da década de 1980, coincide com o período em que o autor finalmente colocou

em prática a sua sociologia das formas discursivas. E não se trata de mero acaso, já que é no mesmo período que os Estudos Culturais, sob dois prismas distintos, se dedicaram com maior ênfase à análise de discurso, pois se associaram progressivamente às pesquisas no campo da comunicação em suas duas versões.

É significativo que Williams publique em 1986 um texto intitulado *O Futuro dos Estudos Culturais*, no qual manifestava toda sua preocupação com os rumos que a disciplina que ajudara a criar tomava. A institucionalização dos Estudos Culturais, i.e., sua formalização em cursos organizados curricularmente, provocava uma fragmentação e uma especialização da prática intelectual que feria mortalmente o espírito que animava seus primórdios (WILLIAMS, 2011c, p. 178).

A departamentalização dos Estudos Culturais representava uma mudança formal que impactava o desenvolvimento da disciplina. Ou seja, sua fragmentação e conseqüente especialização produzia resultados na própria condução das pesquisas, provocando efeitos teóricos, metodológicos e epistemológicos. A abordagem histórica e dialética ia sendo, gradativamente, escanteada por uma das vertentes e reformulada pela outra em termos não partilhados por Williams. Na medida em que os Estudos Culturais abandonavam o tratamento histórico em suas pesquisas e desconsideravam que os processos dialéticos plasmam os conteúdos históricos em formas estéticas, tornavam-se cada vez mais presentes aquelas abordagens caracteristicamente formalistas, as quais se chocavam contra o modelo teórico-metodológico de Raymond Williams que se encontrava na origem dos Estudos Culturais.

Parcela nada desprezível dos Estudos Culturais passa a analisar os produtos culturais como textos, a enfatizar “[...] uma independência relativa ou uma autonomia efetiva das formas e dos meios subjetivos de significação” (JOHNSON, 2004, p. 42; CEVASCO, 2003), cujos métodos repousam sobre bases puramente formalistas. Na ânsia de fugir a certa ortodoxia marxista, que concebia a

cultura como mero reflexo da infraestrutura econômica, muitos intelectuais migraram para esse tipo de perspectiva, desconsiderando que Williams já contornara o problema sem abandonar a abordagem materialista-histórica, mas, pelo contrário, radicalizando-a.

A tentação formalista no interior dos Estudos Culturais mostrou-se particularmente importante nas pesquisas sobre o cinema durante os anos 1970 (JOHNSON, 2004, p. 79), encontrando na revista de crítica cinematográfica *Screen* um local privilegiado para o escoamento desse tipo de análise<sup>13</sup>, a abandonar a orientação histórica, materialista e dialética do trabalho científico (JOHNSON, 2004). Enquanto o objetivo dos Estudos Culturais na sua origem não era o texto, “[...] mas a vida subjetiva das formas sociais em cada momento de sua circulação, incluindo suas corporificações textuais” (JOHNSON, 2004, p. 75), os rebentos mais jovens da disciplina dedicavam-se a investigações limitadas aos meios e aos efeitos textuais, desprezando os contextos históricos nos quais esses textos eram produzidos. O risco desse tipo de enquadramento teórico-metodológico, sublinha Maria Elisa Cevasco (2003), é de ver em tudo uma determinada forma de texto – ou de ver tudo como um texto –, sem quaisquer referentes materiais. Era preciso relembrar que nem tudo é linguagem e há muita coisa fora do texto (CEVASCO, 2003, p. 146).

A tentação formalista é mais ou menos exorcizada a partir da incorporação de Foucault nas análises de discurso praticadas no seio dos Estudos Culturais, bem como no caso da ACD. Não se trata, a partir deste ponto do ensaio, de um desvio argumentativo, mas de uma exigência: à medida que a análise de discurso de matriz *foucaultiana* torna-se uma referência nuclear para a ACD e para uma certa tradição no interior dos Estudos Culturais, me parece incontornável a necessidade de discutir os conceitos de Foucault que encontraram abrigo nas duas principais perspectivas em relação as quais Williams marca a sua diferença e define a sua própria trajetória – evidentemente que, por ex-

---

13 Um dos artigos fundantes dessa fase da *Screen* é “Visual pleasure and narrative cinema” (1975), de Laura Mulvey, cuja análise costura abordagem semiótica e psicanalítica.

tensão, a análise de discurso de Williams não se confunde com a de Foucault<sup>14</sup>, mas não é este o foco deste ensaio.

A corrente dos estudos Culturais encabeçada por Stuart Hall contorna os problemas do formalismo a partir de Foucault e não de Marx porque, de acordo com o próprio Hall: “Em nenhum momento os estudos culturais e o marxismo se encaixam perfeitamente, em termos teóricos” (HALL, 2003, p. 203). A razão para tal desencaixe explica-se por que o marxismo ou silenciou ou abarcou de modo imperfeito as questões referentes à cultura, à ideologia, à linguagem e ao simbólico (HALL, 2003). Esse conjunto de questões e problemas que ocupou o núcleo das análises dos Estudos Culturais encontrou na “virada linguística” os meios considerados apropriados para o tratamento do problema, principalmente a partir da descoberta da discursividade e da textualidade, lugares por excelência da representação e de resistência (HALL, 2003, p. 211-212). Daí a incorporação do conceito de “discurso” de Foucault.

O conceito de discurso tal como elaborado por Foucault (2012), não é sobre se as coisas existem, mas de onde vem os sentidos das coisas. Por isso “a loucura” (ou “o louco”), “a punição”, “a sexualidade” só existem com sentido – e a própria existência depende do sentido que a ele se atribui – no interior do discurso<sup>15</sup>. Os discursos determinam o que é possível ou impossível de ser pensado e dito em determinado contexto histórico sobre os sujeitos, antecedendo-os e produzindo-os, ou seja, os sujeitos são efeitos do discurso. Hall assinala que: “Esse sujeito, produto do discurso, não pode estar fora dele, porque a ele deve estar sujeitado” (2016, p. 99). Para Foucault, o discurso participa da produção e reprodução dos objetos e sujeitos do mundo histórico; nesse sentido, o

---

14 Quero esclarecer que não me esforçarei aqui em comparar as abordagens de Foucault e Williams, mas apontar como alguns conceitos e estratégias metodológicas *foucaultianas* foram apropriadas e trabalhadas pela ACD e por parte dos Estudos Culturais, especificamente aquela desenvolvida por Stuart Hall. É essa incorporação de Foucault por parte de algumas análises de discurso que, a meu ver, promove o distanciamento de Williams em relação a elas, uma vez que implicaria, forçosamente, deixar mais de lado o materialismo histórico. Algo que Williams se recusou a fazer, preferindo esforçar-se pela renovação do marxismo.

15 A propósito, conforme Prado: “[...] a filosofia de Foucault não se pergunta pelo ente, mas sobre o que tem sido **dito** sobre o ente ou que ente foi **produzido** e tomado como **verdadeiro** a partir das coisas que sobre ele foram ditas” (PRADO, 2011, p. 14, grifos nossos).

discurso estabelece uma relação ativa com a realidade social, uma vez que é seu principal elemento constitutivo (FOUCAULT, 2004; FAIRCLOUGH, 2016; HALL, 2016a).

Inevitavelmente, as análises de discurso de inspiração *foucaultiana* desaguam em outra noção-chave, a de representação. A linguagem torna-se o principal meio a partir do qual os pensamentos, as ideias e os sentimentos são **representados** numa cultura. Conforme Stuart Hall (2016, p. 18): “A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos [...]”. É como se os discursos, embora resultantes de práticas sociais, fossem o suporte de representações que, essas sim, construiriam e definiriam o mundo humano: o mundo e o sujeito em si, não existem, pois sua existência está condicionada a um sentido criado pelos discursos. Consequentemente, a ideia de que existe uma verdade sobre as coisas e pessoas do mundo é colocada sob suspeita. As representações sobre as pessoas e coisas do mundo construídas discursivamente produzem “efeitos de verdade” e “efeitos de poder”: como são múltiplas as ordens discursivas capazes de produzir e disseminar representações que instituem “regimes de verdade”, o poder não se encontra num lugar específico, como o Estado e a classe social, mas disseminado por todo o tecido social, “[...] estatuidando regras para o governo das pessoas, dividindo-as, examinando-as, adestrando-as, sujeitando-as” (CANDIOTTO, 2006, p. 70).

O poder, tal como os discursos e os saberes a ele associados, é uma prática social produzida num conjunto complexo e diverso de relações sociais (FOUCAULT, 1979). Se os discursos e as representações são formulados por inúmeras ordens discursivas espalhadas pelo tecido social, cujos efeitos de verdade instauram redes de poder, então concluímos que não há um sujeito da história<sup>16</sup>, seja no campo do conhecimento, seja no campo do poder.

---

16 Hall (2016, p. 98) assinala que embora exista uma noção de sujeito em Foucault, ele não é restaurado à posição de autor das representações.

Para a ACD e Hall, o poder se espalha reticularmente pelo tecido social, mas ainda há grupos sociais responsáveis por sua produção e disseminação para além das classes. Logo, a dominação não se restringe à de classe, manifestando-se sob outras formas, como a de gênero, racial, colonial etc., escancarando que o poder e a violência, inclusive os de classe, também se exercem simbolicamente por meio da cultura, pela capacidade de difundir e reproduzir valores morais e significados. Williams, ao contrário, continua a insistir que o exercício do poder e o do contra poder dependem fundamentalmente das classes sociais e suas frações<sup>17</sup>. Porém, procura evitar o conceito de “dominação”, argumentando que as lutas pelo poder no campo da cultura se expressam pela disputa entre formas culturais: as dominantes (que ocupam tal posição porque são encaradas como naturais e necessárias pelo conjunto da sociedade, revelando sua eficácia simbólica), as emergentes (as novas formas socialmente produzidas) e as residuais (formas produzidas em épocas históricas passadas e ativas no presentes) (WILLIAMS, 1977; 2000). As formas dominantes, segundo Williams, podem incorporar tanto as emergentes quanto as residuais, que são formas alternativas às dominantes, reforçando a hegemonia de classe. Mesmo quando isso acontece, fica claro que a hegemonia não corresponde a um processo estático e estável, mas a um processo dinâmico, sujeito a abalos e mudanças frequentes. É como se Williams afirmasse que no lugar da dominação há lutas por dominação.

Os argumentos de Williams em torno das disputas entre as formas culturais explicitam sua concepção de tempo histórico, segundo a qual o tempo não é linear, marcado por estágios, mas constituído por relações dinâmicas, em que o presente contém traços do passado e do futuro, num fluxo que corre sem interrupções. Está implícita aí uma noção de totalidade. A análise materialista-dialética deve ser obrigatoriamente uma análise processual que articule as partes ao todo social e histórico, como um processo dinâmico em que presente

---

17 Williams reconhece que o pertencimento de classe não é o único possível, por conseguinte, as formas culturais não se encontram circunscritas às classes e suas frações, no entanto reitera: “Este processo complexo ainda pode em parte ser descrito em termos de classe” (WILLIAMS, 1977, p. 126, tradução minha).

e passado relacionam-se e implicam-se dialeticamente. Apanhar os discursos em sua totalidade, segundo a abordagem de Williams, implica analisar como os elementos sociais são convertidos em formas discursivas, ou seja, é preciso considerar nesse processo de mutação como as instituições e formações culturais e as estruturas de sentimentos criadas em determinadas interações sociais envolvem-se na produção dos discursos.

Já a ACD, quanto à perspectiva histórica, absorve parcialmente o método arqueológico de Foucault, que recusa tanto a análise linear e causal quanto o desenvolvimento dialético (CHARTIER, 2002a)<sup>18</sup>. Em Fairclough e na ACD, de modo geral, o tratamento da história é empobrecido porque se assemelha ao que chamo aqui de “história situacional”, pois se limita à história de alguns discursos ao longo de um intervalo de tempo mais exíguo, um recorte não exatamente histórico, mas longitudinal<sup>19</sup>. É como se tal tradição se apegasse à dimensão sincrônica do tempo de algumas unidades analíticas específicas e limitadas ao discurso em si. A inclinação por uma sincronia sem temporalidade acentua o caráter linguístico de suas pesquisas.

Se tomarmos o livro *Cultura e representação*, de Hall, como exemplo, é possível observar que o autor estica um pouco mais o fio da história e analisa práticas representacionais que chama de “estereotipagem” materializadas em peças publicitárias, reportagens jornalísticas, filmes e revistas que tratam

---

18 Em sua fase arqueológica, Foucault aborda os objetos em seu aspecto sistêmico, ou seja, como um conjunto de relações entre partes tomadas a partir de suas ligações sincrônicas (SANTOS, 2019; CHARTIER, 2002a), articulando, assim, estrutura e história (DOLINSKI, 2011; GIMBO, 2017; SANTOS, 2019). A sincronia, para ele, não nega o tempo, mas também não pressupõe relações de causa e efeito, do encadeamento entre as variáveis históricas como uma continuidade. A temporalidade da sincronia implica descontinuidade – daí a impossibilidade, segundo Foucault, de se apreender a totalidade (CHARTIER, 2002a; FOUCAULT, 2012). A história, na perspectiva arqueológica *foucaultiana*, corresponde a uma correlação de séries distintas com durações diversas (curta, média e longa). É como se sua pesquisa histórica se concentrasse em “unidades analíticas” que se desdobram em séries (os manicômios, as clínicas, os conventos, os quartéis, as prisões, as escolas etc.), cuja simultaneidade sincrônica é atravessada por diversas temporalidades possíveis, por diversas outras séries (FOUCAULT, 2012; GIMBO, 2017).

19 Além dos estudos de Fairclough citados na seção anterior, é possível indicar alguns outros: a análise de discursos educacionais produzidos na Grã-Bretanha durante os anos 1980, marcados pela comoditização do ensino; na década de 1990 encontramos análises sobre artigos da imprensa inglesa que chamavam a atenção para uma suposta crise energética e a necessidade do Governo investir na construção de usinas nucleares; livretos sobre cuidados pré-natais para os futuros pais (FAIRCLOUGH, 2016, p. 257-285); os discursos realizados por um ministro do gabinete britânico, Lord Young, sobre cultura empresarial (FAIRCLOUGH, 2016, p. 219-256).

de “raça” e etnicidade desde o início do século XIX até a década de 1990. O problema é que Hall identifica ordens discursivas que não constituem séries, mas a continuidade de elementos estereotipados em tais discursos, revelando a reprodução de elementos estruturais do racismo que não configuram uma totalidade, uma vez que Hall realiza o estudo histórico dos elementos internos aos discursos, i.e., de suas propriedades narrativas e retóricas, deixando de lado a histórias das instituições, dos grupos e dos agentes sociais que produzem os discursos.

Ainda que a linguagem configure um tema central para Williams, ele rejeita a ideia de que a cultura e a linguagem/discurso se comportassem como estruturas quase homólogas que se organizassem de modo semelhante, revelando a crítica à ideia de que é possível observar e tratar todos os fenômenos socioculturais como formas discursivas, como se a sociedade fosse em seu conjunto uma construção discursiva. Esse tipo de abordagem desconsidera alguns fenômenos empíricos que nada têm de discursivos, como a economia de mercado, as relações entre as classes sociais, as várias formas de desigualdade, o Estado etc. O que há na abordagem sociológica de Williams é o reconhecimento de que aos fenômenos empíricos correspondem discursos que visam a reprodução de determinadas condições sociais, políticas, econômicas, culturais etc. ou, ao contrário, discursos que tentem denunciar, abalar e romper com o *status quo*.

Para Williams, os discursos constituem práticas sociais em um sentido diferente daquele proposto por Foucault e que a ACD e Stuart Hall assumem em suas análises: o discurso é uma prática, porque é um ato humano produzidos por seres sociais, i.e., indivíduos inseridos em determinadas instituições e formações socioculturais, marcados por pertencimentos de classe e a grupos sociais. A materialidade do discurso é definida por sua substância social (pertencimentos, interações e trajetórias sociais dos agentes), plasmada discursivamente, i.e., a matéria social e histórica tornada forma (estética, por

exemplo). Ação e discurso determinam-se sem qualquer tipo de anterioridade de nenhum dos elementos, num processo histórico em que passado e presente interpelam-se mutuamente. Por isso, Williams jamais utiliza o conceito de “representação”, já que existe um mundo empírico historicamente constituído, real, que produzirá discursos que participarão da sua constituição. A epistemologia materialista que emoldura a teoria e o método de Williams encontra os seus fundamentos numa ontologia histórica, logo, há uma noção de realidade e uma de verdade, por mais instáveis e transitórias que sejam, que permeiam suas pesquisas e que não observamos nem na ACD, nem nos estudos culturais realizados por Hall.

A combinação desses fatores deixou Williams desconfiado em relação ao futuro do Estudos Culturais ou de qualquer outra maneira de analisar os discursos, como a empregada por Fairclough e a ACD. Para se manter fiel a uma óptica que preservasse aquilo que considerava rentável em termos reflexivos e críticos do marxismo e que ao mesmo tempo lhe permitisse calibrar o enfoque analítico e interpretativo quando julgasse necessário, Williams empreendeu desde cedo um movimento em direção a uma sociologia idiossincrática.

### *Pavimentando o caminho: a sociologia das formas discursivas*

A partir dos indícios recolhidos em alguns textos de Williams, principalmente aqueles que assumem e explicitam a vocação sociológica do seu trabalho, percebemos que o autor tinha dificuldade em nomear com precisão o tipo de sociologia que praticava, muito embora aceitasse que seus trabalhos pertencessem ao campo mais geral da sociologia da cultura. Chama a atenção a quantidade de termos que empregou para tentar definir sua própria sociologia: “sociologia das formas culturais”, “sociologia dos sistemas de sinais”, “sociologia da formas”, “sociologia da prática cultural”, “sociologia dos intelec-

tuais” (WILLIAMS, 2000), “sociologia do sistema de signos” (WILLIAMS, 1976) e “sociologia do drama” (WILLIAMS, 1977). Tal dificuldade se deve, ao menos em parte, à variedade de objetos por ele estudados: teatro, literatura, cinema, publicidade, televisão, panfletos políticos, manifestos etc. A alternativa seria o autor encontrar algum denominador comum entre todos esses objetos, alguma identidade que os reunisse numa mesma área de estudos. Uma possibilidade seria tratá-los como meios de comunicação.

Duas hipóteses não excludentes podem ajudar a explicar por que Williams jamais se referiu à sua sociologia nesses termos. Primeiro porque os Estudos Culturais, de modo geral, elegeram a comunicação como sua grande área de pesquisa (HALL, 2016b) e Williams foi se desapegando dessa tradição; segundo, os meios de comunicação se encontram no centro da fabricação de nossa sociedade, são meios de produção de sentido inseridos na história e formadores da história. Os meios de comunicação não se limitam a comunicar uma mensagem, pois são capazes de produzir significados que atuam na construção do social. O que leva Williams a concentrar-se nas formas discursivas e não nos meios de comunicação propriamente ditos. Vejamos, a seguir, alguns exemplos de como Williams radicaliza o amalgamento dialético entre discurso e contextos sócio-técnicos.

No caso da televisão, embora Williams discuta com minúcia e rigor as relações entre tecnologia e sociedade, creio que sua preocupação central é compreender como os recursos técnicos acabam influenciando as possibilidades discursivas e narrativas na e da TV, as formas da TV: a notícia, o debate e a discussão, as obras dramáticas, os filmes, o “teatro” de variedades, os esportes, os programas de entretenimento (os programa de auditório, as telenovelas, entre outros). Williams interessa-se pela interrelação do suporte do discurso com o próprio discurso, das possibilidades técnicas com a estética, que resultaria numa estética própria da TV. Para compreender um pouco melhor

como se organiza esta estética, consideremos a organização discursiva dos noticiários. Williams (2011b) argumenta como os noticiários, almejando uma narrativa coerente e eficaz em termos simbólicos, se organizam de maneira linear e hierarquizada. Esse tipo de organização não apenas prende a atenção do espectador, mas em razão de sua hierarquização a direciona para algumas notícias em detrimento de outras, apresentando algumas delas como mais relevantes. Captar a atenção e conferir verossimilhança e legitimidade à notícia, transformando-a numa espécie de “verdade”, constituem um processo único que exige a mobilização de outras estratégias discursivas que se estabelecem como autênticas fórmulas narrativas, entre elas a utilização das “celebridades midiáticas” para a apresentação e narração das notícias, gerando uma integração e uma identificação entre a personalidade do apresentador e a notícia, tornando-a algo inquestionável (WILLIAMS, 2011b, p. 66).

Os signos possuem uma materialidade (WILLIAMS, 1976) que as tecnologias de comunicação ajudam a criar. A preocupação em entender a importância do suporte material do discurso enquanto um elemento importante de sua produção reaparece nos estudos de Williams a propósito do modernismo europeu. No texto *Quando se deu o modernismo?*, de 1987, escreve: “A década de 1890 foi o primeiro momento desses movimentos, no qual o manifesto (no novo periódico) se torna o emblema das escolas autoconscientes e auto-promocionais” (WILLIAMS, 2011c, p. 4). O desenvolvimento da imprensa nos centros urbanos industriais tornou-se fundamental para o desenvolvimento do modernismo, pois permitiu, entre outros fatores, a divulgação de seus princípios estéticos em manifestos publicados nos jornais e revistas da época. Além da publicidade, esses espaços sociais da escrita representavam um desafio formal aos modernistas, pois impunham a necessidade de criar e recriar formas narrativas ao mesmo tempo em que as apresentavam ao público leitor: a incorporação e a transformação da linguagem jornalística – rápida,

sintética, às vezes telegráfica – marcava o rompimento com padrões estéticos considerados caducos pelas vanguardas do modernismo.

A fusão entre discursos e contextos que reverberam no estilo narrativo, atingindo o próprio âmago da linguagem, é demonstrado por Williams em seu artigo de 1983 sobre o uso do solilóquio por Shakespeare e seus desdobramentos até o século XVIII, recurso dramaturgico cuja utilização se relacionava a uma alteração mais ampla e profunda de atitudes sociais. Essa forma relativamente nova de autorreflexão, de análise íntima do pensamento e do sentimento privado que se tornou possível no teatro expressava um contexto histórico em que se dava a afirmação do indivíduo, a valorização de sua subjetividade, de suas emoções. Essa espécie de “fala interna” só foi possível no teatro a partir de certas mudanças históricas e ao ser incorporada pelo discurso dramaturgico a revelava ao público e a referendava (WILLIAMS, 2014).

Demonstração notável de como as formações culturais e as interações sociais e afetivas que reúnem os seus membros ensejam formas estéticas encontra-se em *O círculo de Bloomsbury*, palestra de 1978 publicada em 1980. Grupo formado por pessoas que se conheceram em Cambridge, figuras como Virgínia Woolf e E.M. Forster (Literatura), John Maynard Keynes (Economia), James Strachey (Psicanálise), entre outros, se definiam como um simples grupo de amigos reunidos por laços de afeto. Ainda, para Williams (2011d), a questão sociológica era saber como essas “estruturas de sentimentos” se originavam em formações socioculturais mais abrangentes e compreender como os elos entre os pertencimentos e posições de classe e os vínculos afetivos encontravam expressão estética. Os membros de Bloomsbury se envolveram em questões políticas importantes, afrontando instituições tradicionais como o Exército e a Igreja, defendendo reformas sociais, participando ativamente de movimentos a favor da ampliação de direitos e propondo um conjunto de reformas sociais a favor dos pobres; criticaram acidamente os setores mais

conservadores da sociedade inglesa, inclusive a burguesia, estrato do qual se originava a maioria dos seus membros. Esse engajamento político não visava ultrapassar o regime burguês, revolucioná-lo, mas atualizá-lo almejando sua preservação. Essa fração da classe dominante não representou uma fratura radical em seu interior, mas sua continuidade em novos termos; tratava-se de uma revolta contra a classe para a classe, permitindo sua continuidade no poder a partir do exercício de sua hegemonia. Contra os males sociais, a fração Bloomsbury não apelou para uma ideia alternativa de sociedade, senão para o “valor supremo do indivíduo civilizado” (WILLIAMS, 2011d, p. 224). Esse indivíduo civilizado, autônomo, racional, ético, que anseia por sua liberdade e a dos demais, ecoará, formalmente, no extremo subjetivismo dos romances de Virgínia Woolf (WILLIAMS, 2000, p. 81), cujas personagens volta e meia enredam-se em fluxos de consciência que só são interrompidos por fatores externos às suas subjetividades ou por fluxos de consciência de outras personagens.

Os exemplos elencados acima demonstram que teoria e método na sociologia das formas discursivas de Williams enlaçam-se de maneira promissora, permitindo uma renovação do marxismo: o olhar voltado para a linguagem e sua organização sob a forma dos discursos resulta na reavaliação dos conceitos de base, superestrutura e determinação. Os dois primeiros não constituem camadas a serem tratadas separadamente, mas de modo conjunto a partir da noção de totalidade. Base e superestrutura não correspondem a estados, mas a processos imbricados. Ademais, a superestrutura não resulta em simples determinação da base; não se trata de “conteúdo refletido”, reproduzido ou dependente, mas de práticas culturais relacionadas. Se há determinação, não podemos entendê-la como prefiguração e controle: base e superestrutura determinam-se reciprocamente porque fixam limites e exercem pressões uma sobre a outra com a mesma eficácia (WILLIAMS, 2011d, p. 47).

## *Considerações finais: estreitando o caminho ou abrindo novas paragens?*

A inclinação de Williams em direção à sociologia aparece como um movimento quase natural em virtude do tipo de reflexão e pesquisa que adotou e aperfeiçoou ao longo do tempo, i.e., o materialismo cultural assentado sobre uma epistemologia dialética conduziu Williams à sociologia. Num contexto, o britânico, em que a sociologia não gozava do mesmo prestígio e importância como acontecia com os vizinhos continentais, França e Alemanha, inicialmente Williams realiza a análise social a partir de suas pesquisas estéticas. Pouco a pouco Williams percebe a insuficiência da crítica literária para abordar de maneira mais adequada certos problemas e a necessidade de incorporar a sociologia em seu arcabouço.

Por não haver uma tradição sociológica consolidada no ambiente acadêmico inglês, Williams sentiu-se bem à vontade para preparar gradualmente uma sociologia singular. Se o projeto intelectual foi apresentado prematuramente, Williams assumiu de maneira mais explícita sua sociologia apenas a partir de meados da década de 1970 e, aos poucos, foi amadurecendo uma sociologia mais particular a partir de 1980.

Essa longa jornada foi dividida para fins de exposição em três fases que não são estanques, constituindo momentos de um mesmo projeto intelectual: na primeira, deixa clara a importância da linguagem em seus estudos; na segunda, transita para o campo da sociologia da cultura, apresentando novidades teóricas e metodológicas no interior do marxismo; por fim apresenta uma sociologia singular, a das formas discursivas. Essas três etapas coincidem com momentos em que outras modalidades de análise de discurso começavam a se desenvolver e com as quais a perspectiva de Williams não se confundia. O quadro 1<sup>20</sup> tenta apresentar

---

20 O quadro apresenta apenas as obras consultadas para este ensaio, contemplando aquelas análises que constituem o corpus da discussão que aqui se desenvolveu. Quando os textos – sejam livros ou capítulos de livros – possuem versão para o português, foram mantidas as traduções dos títulos. Caso contrário, os títulos originais foram preservados.

e comparar de maneira didática esse percurso, chamando atenção para os anos em que esses tipos de análise discursiva foram publicados.

Quadro 1– Cronologia das publicações de modalidades de análise de discurso.

Raymond Williams	Linguística Crítica/Análise Crítica do Discurso	Stuart Hall e os Estudos Culturais
Cultura e Sociedade (1958)		
The Long Revolution (1961)		
Televisão (1975)		Mulvey, L. Visual pleasure and narrative cinema (1975)
Palavras-chave (1976)		
Marxismo e Literatura (1977)		
	Halliday, M.A.K. Language as Social Semiotic (1978)	
A política e as Letras (1979)	Fowler, R. et al. Language and Control (1979) e Kress, G. & Hodge, R. Language as Ideology (1979)	
Cultura e Materialismo (1980)		Hall, S. Codificação/ Decodificação (1980) e Estudos Culturais (1980)
Cultura (1981)		
A produção social da escrita (1983)		Hall, S. O problema da ideologia (1983)
	Halliday, M. A. K. & Hasan, R. Language, contexto and text (1985)	
		Hall, S. The toad in the garden: thatcherism among the theorists (1988)
Políticas do modernismo (1989) e Recursos da Esperança (1989)	Fairclough, N. Language and power (1989)	Hall, S. A ideologia e a Teoria da Comunicação (1989)
	Fairclough, N. Discurso e mudança social (1992)	Hall, S. Estudos Culturais e seu Legado Teórico (1992)

Fonte: Elaboração do autor.

Observamos que, no mesmo período que Williams assumia e desenvolvia sua sociologia da cultura, eram lançadas as bases da Linguística Crítica (LC), uma das principais influências da Análise Crítica do Discurso (ACD); e à medida que Williams aprimorava essa sociologia da cultura a ponto de torná-la uma sociologia das formas discursivas, tanto a ACD quanto Stuart Hall formulavam seus próprios estudos da linguagem. Podemos supor que o desenvolvimento do projeto intelectual de Williams não deixava de ser uma resposta a outras formas de análises discursivas que dialogavam mais entre si, provavelmente devido à apropriação de Foucault, do que com a proposta *williamsiana*<sup>21</sup>.

Assumir que Williams fazia sociologia – ainda que ele próprio tivesse demorado um pouco para aceitar o fato – permite vislumbrar que ele se dedicou a estudar manifestações da linguagem que correspondem a formas sociodiscursivas que configuram uma unidade analítica complexa, compostas por vários níveis, tanto internos – que se referem à própria estrutura de um texto com todos os seus componentes retórico-estilísticos – quanto externos – relativos ao contexto social e histórico no qual se dá a produção dos discursos.

Sua sociologia das formas discursivas é o arremate de um projeto intelectual que se inicia com o livro *Cultura e sociedade*: ao indagar como frações de intelectuais britânicos discutiram e definiram a cultura, Williams se inscreve nessa mesma tradição procurando ressignificá-la e subvertê-la, lendo-a crítica e criativamente, desconstruindo e reconstruindo tradições.

## Referências

CANDIOTTO, César. Foucault: uma história crítica da verdade. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 65-78, 2006.

CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz & Terra, 2001.

21 Fairclough e Wodak (2000, p. 371) assumem explicitamente que as origens teóricas da ACD repousam, além da LC, também na obra de Foucault e nos trabalhos de Stuart Hall.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CEVASCO, Maria Elisa. Prefácio. In: WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave*. Um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 9-20.

CHARTIER, Roger. A quimera da origem. Foucault, o Iluminismo e a Revolução Francesa. In: CHARTIER, R. *À beira da falésia*. História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002a. p. 123-150.

CHARTIER, Roger. O poder, o sujeito, a verdade. Foucault leitor de Foucault. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002b. p. 181-198.

DOLINSKI, João Pedro. A arqueologia foucaultiana e suas contribuições para a Historiografia. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 370-395, dez. 2011.

ELDRIDGE, John; ELDRIDGE, Lizzie. *Raymond Williams*. Making connections. London; New York: Routledge, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. Análisis crítico del discurso. In: DIJK, Van Teun A. (Comp.). *El discurso como interacción social*. Estudios sobre el discurso II. Barcelona: Gedisa, 2000. p. 367-404.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha d'Água*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UNB, 2016.

FILMER, Paul. Structures of feeling and social-cultural formations: the significance of literature and experience to Raymond Williams' sociology of culture. *British Journal of Sociology*, London, v. 54, n. 2, p. 199-219, jun. 2003.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. São Paulo: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE Rosano. Nas sociologias da literatura de Pierre Bourdieu e Raymond Williams, que espaço há para a análise do objeto artístico? *Revista Brasileira de Sociologia*, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 73-91, jul./dez. 2015.

GIMBO, Fernando. A arqueologia de Foucault entre estrutura e história. *Dispon-tos: Revista dos Departamentos de Filosofia da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Federal de São Carlos, Curitiba*, v. 14, n. 1, p. 73-88, abr. 2017.

GOMES, Itania Maria Mota; ANTUNES, Elton. Repensar a comunicação com Raymond Williams: estrutura de sentimento, tecnocultura e paisagens afetivas. *Galáxia*, São Paulo, n. especial 1, p. 8-21, 2019.

HALL, Stuart. A ideologia e a teoria da comunicação. *Matrizes*, v. 10, n. 3, p. 33-46, set./dez. 2016b.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016a.

HALL, Stuart. Estudos Culturais. Dois paradigmas. In: HALL, Stuart. *Da diáspora*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. p. 131-159.

HALL, Stuart. Estudos culturais e seu legado teórico. In: HALL, Stuart. *Da diáspora*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. p. 199-218.

HALL, Stuart. O problema da ideologia. O marxismo sem garantias. In: HALL, Stuart. *Da diáspora*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. p. 265-293.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *El lenguaje como semiótica social*. La interpretación social del lenguaje y del significado. Ciudad del México: FCE, 2017.

JACKSON, Luiz Carlos; RIVETTI, Ugo. Pierre Bourdieu e Raymond Williams. Correspondência, encontro e referências cruzadas. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 183-204, jan./abr. 2020.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 9-131.

JONES, Paul. *Raymond Williams's Sociology of Culture. A critical reconstruction.* London; New York: Routledge, 2006.

LEPENIES, Wolf. *As três culturas.* São Paulo: Edusp, 1996.

LIMA, Luiz Costa. A análise sociológica da literatura. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da literatura em suas fontes.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2.

McGUIGAN, Jim; MORAN, Marie. Raymond Williams and sociology. *The Sociological Review*, London, v. 62, n. 1, p. 167-188, feb. 2014.

MORAES, Ana Luiza Coiro. A análise cultural. *COMPÓS.* Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Documento 4DF33669-BB03-4C83-92AB-62FBE023BB30. Disponível em: <www.compos.org.br>. Acesso em: 11 mai. 2020.

PASSIANI, Enio. Afinidades seletivas: uma comparação entre as sociologias da literature de Pierre Bourdieu e Raymond Williams. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 14, n. 27, p. 285-299, 2009.

PRADO, Tomás. Discurso e linguagem na filosofia de Foucault. *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 31, p. 7-27, dez. 2011.

SANTOS, Débora Braulio. A articulação entre estrutura e história na arqueologia de Michel Foucault. *Outramargem*, Belo Horizonte, n. 9, p. 22-37, jan./jun. 2019.

SOARES, Murilo César. Representações e comunicação: uma relação em crise. *Libero*, São Paulo, ano X, n. 20, p. 47-56, dez. 2007.

TAVARES, Hugo Moura. Raymond Williams: pensador da cultura. *Revista Ágora*, Vitória, n. 8, 2008, p. 1-27.

WILLIAMS, Raymond. *A política e as letras: Entrevistas da New Left Review*. São Paulo: Unesp, 2013.

WILLIAMS, Raymond. *A produção social da escrita*. São Paulo: Unesp, 2014.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Unesp, 2011d.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. De Coleridge a Orwell. Petrópolis: Vozes, 2011a.

WILLIAMS, Raymond. Developments in the sociology of culture. *Sociology*, Oxford, v. 10, n. 3, p. 497-506, sept. 1976.

WILLIAMS, Raymond. *La larga revolución*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave*. Um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Política do modernismo*. São Paulo: Unesp, 2011c.

WILLIAMS, Raymond. *Recursos da esperança*. São Paulo: Unesp, 2015.

WILLIAMS, Raymond. *Televisión*. Tecnología y forma cultural. Buenos Aires: Paidós, 2011b.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – Um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 4, n. especial, p. 223-243, 2004.

Recebido em: 10 de fevereiro de 2020

Aprovado em: 03 de junho de 2020